

Economia



EDUARDO BARTOLOMEO

Comando da Vale ainda indefinido

Conselho se reúne mas não chega a uma conclusão sobre sucessão de CEO

P&G
MKTG
APC
OCT
AR
DUA
POV
CCT

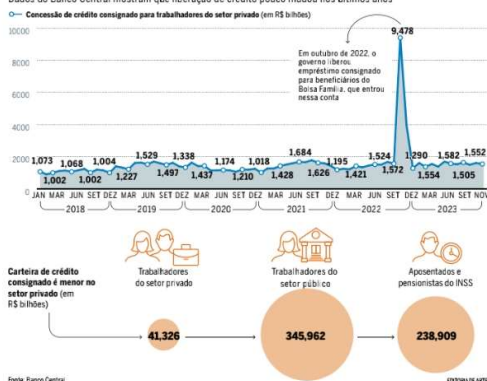
DESCONTO EM FOLHA

PARA AMPLIAR EMPRÉSTIMOS

Governo terá sistema único para o crédito consignado no setor privado

CONCESSÕES ESTAGNADAS

Dados do Banco Central mostram que liberação de crédito pouco mudou nos últimos anos

GERALDA DOCA
professora de direito em São Paulo

O governo pretende reformular o modelo de concessão de crédito consignado, quando há desconto automático na folha de pagamento, para os trabalhadores do setor privado. Esse segmento, hoje, tem a menor fatia da modalidade de crédito para a pessoa física que tem a menor taxa de juros, por conta da segurança da operação. O projeto, que está sendo desenvolvido pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, prevê a criação de um portal, no qual os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira em que desejam tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual a empresa tem convênio pré-acordado. Como o novo sistema, isso vai acabar. A plataforma que está sendo desenvolvida pelo governo não trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos. Como já funciona com o FGTS digital, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores — inclusive os domésticos — contratarem consignado diretamente dessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

PORTABILIDADE NA MIRA

Na segunda fase do projeto, será possível fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta.

As linhas gerais do projeto já foram apresentadas a representantes do setor financeiro, que aprovaram a medida, desde que o produto seja bem desenhado e tenha segurança, disse uma fonte de mercado. Uma das ideias defendidas é que o trabalhador possa acessar a plataforma pelo site oficial do governo, o Gov.br. Mas ainda será necessário verificar se o sistema será compatível com a tecnologia a ser adotada pelos bancos.

A plataforma valerá para to-

das as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capacidade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos. Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentrada em empresas com até 99 trabalhadores.

O governo avalia que os principais beneficiados serão de baixa renda. Dados apontam que 37 milhões de trabalhadores ganham até R\$ 2.720 por mês.

“No mundo inteiro é assim, quanto mais garantia, menor o risco e maior a concessão”

Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Aniefac)

Criada em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o crédito consignado tem juros mais baixos graças ao baixo risco da operação, pois o valor das prestações é

descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores.

Segundo os últimos dados disponíveis no Banco Central (BC), em dezembro, a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês — acima dos juros para servidores públicos, de 1,77%, e dos aposentados do INSS, de 1,78%.

Contudo, a avaliação do governo é que a burocracia prejudica o acesso dos trabalhadores do setor privado ao consignado, diferentemente de servidores públicos e aposentados e pensionistas do INSS, além de idosos e deficientes

de baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contam com sistema unificado.

MARGEM MAIOR

Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo estuda ampliar a margem de consignação (o que pode ser descontado do salário) de 30% para 35%. Ou seja, seriam adotados os mesmos parâmetros hoje existentes para os servidores públicos e beneficiários da Previdência Social.

No futuro, a plataforma seria estendida aos funcionários públicos.

Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor. A taxa cobrada da categoria é elevada em relação aos servidores e aposentados do INSS, justamente pela falta de estabilidade. Mas ainda não há decisão tomada.

O economista Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Aniefac), disse que o consignado para os trabalhadores do setor privado é “engessado e caro” em comparação aos servidores públicos e aposentados. Segundo ele, a modalidade precisa ser aperfeiçoada.

CONCESSÕES EM QUEDA

Os dados do BC revelam ainda que as novas operações de consignado para os trabalhadores do setor privado caíram de R\$ 27,7 bilhões em 2022 para R\$ 18,2 bilhões no ano passado. Houve um pico de R\$ 9,4 bilhões em outubro de 2022, relacionado ao consignado para os beneficiários da Betsa Família, que foi extinto pelo atual governo em função do risco de endividamento dessas famílias.

No caso dos servidores públicos, as concessões subiram de R\$ 90 bilhões para R\$ 94,7 bilhões no mesmo período. Já no caso dos aposentados do INSS, houve queda de R\$ 2,7 bilhões, mas isso seria consequência das restrições à modalidade adotadas pelas instituições financeiras após as reduções no teto dos juros patrocinadas pelo Ministério da Previdência.

De acordo com dados do setor financeiro, a carteira de consignado para os trabalhadores celetistas representa cerca de 11% do saldo total da modalidade, de R\$ 626 bilhões. Há um grande potencial com a redução da burocracia e custos para as empresas, disse um interlocutor do setor. Procurados, os ministérios em questão não quiseram comentar o projeto, alegando que ainda dependem de negociações com todos os envolvidos.

Desenrola Brasil já pode ser acessado pela Serasa

Ministério da Fazenda está firmando parcerias para ampliar alcance das renegociações; prazo do programa vai até 31 de março

JOÃO MORAES NETO
professor de direito em São Paulo

A plataforma do programa Desenrola Brasil já pode ser acessada pelo site do aplicativo da Serasa, instituição de crédito, informou o Ministério da Fazenda. O acesso pelo site Gov.br está mantido, mas, ao trazer parceiros para o programa, o governo quer ampliar o alcance das renegociações. Até agora, 12 milhões de brasileiros foram beneficia-

dos pelo Desenrola, que termina em 31 de março.

No total, R\$ 35 bilhões em dívidas foram renegociadas com desconto médio de 85%. A ideia do ministério é ampliar as parcerias, com bancos e fintechs.

— Quem fizer o login pelo Serasa será direcionado para a plataforma Desenrola Brasil, que também continuará sendo acessada pelo gov.br. A plataforma vai funcionar como um hub, que pode ser acessada por parceiros, facilitando o acesso de quem já é cliente desses parceiros — explicou Alexandre Ferreira, coordenador-geral de Economia e Legislação do Ministério da Fazenda.

Ele lembra que quem entrar pela Serasa terá as mesmas condições de renegociação à vista, parcelado sem entrada, com início de pagamento em 60 dias.

Segundo Pedro Dias Lopes, vice-presidente da Serasa, a instituição tem uma base de clientes cadastrados de 88 milhões de pessoas, com 27 milhões de usuários ativos todos os meses. Ele afirmou que desde sexta-feira passada pelo menos 455 mil pessoas já acessaram o Desenrola, mesmo sem a divulgação dessa parceria.

Para fazer o acesso pela Serasa, é preciso baixar o aplicativo, ou acessar o site, e fazer login com CPF e senha. No ambiente digital da Serasa já aparece a aba do Desenrola.

O ministério vem ajustando as regras para tentar ampliar o alcance do Desenrola. Agora, quem tem conta bronze no Gov.br pode acessar o programa, com possibilidade de pagamento à vista das dívidas e parcelamento. Pelo menos 40% das renegociações já estão sendo feitas por usuários de conta bronze. Antes, apenas quem tinha conta prata ou ouro podia acessar a plataforma, por motivos de segurança. Pelo menos 70 milhões de brasileiros estão com nome negativado por atraso de dívidas.

Até agora, segundo o ministério, já foi usado R\$ 1 bilhão de um total de R\$ 8 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que serve para complementar garantias. No lançamento do Desenrola, havia a expectativa de que esses recursos seriam usados rapidamente, o que não se confirmou. Ferreira atribuiu o baixo uso do FGO aos elevados descontos concedidos.

Na atual fase do programa, podem participar pessoas com renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos ou que estejam inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Podem ser renegociadas dívidas como conta de luz, água, dívidas com comércio e bancos.